

Lula cria fundo de R\$20 bi para manter aluno pobre na escola

# Lula cria fundo privado para manter aluno pobre no ensino médio

Plano receberá até R\$ 20 bilhões da União; a ideia é pagar, a partir de 2024, para que jovens não abandonem a escola

Paulo Saldanha, Idiana Tomazelli e Thaisa Oliveira

BRASÍLIA. O governo Lula (PT) editou uma MP (medida provisória) que cria um fundo privado de financiamento de bolsas para incentivar estudantes pobres a permanecerem no ensino médio.

O fundo receberá até R\$ 20 bilhões da União, em recursos do Orçamento, ações de empresas estatais federais ou ações de companhias nas quais o governo tem participação minoritária. No futuro, os leilões do pré-sal poderão exigir das empresas aportes adicionais como contrapartida social.

O texto da MP, antecipado pela Folha, foi publicado nesta terça-feira (28) em edição extra do Diário Oficial da União.

O plano do governo é, a partir do próximo ano, pagar uma bolsa para que jovens pobres não abandonem a escola. Os alunos poderão retirar uma parcela, que ficará em uma poupança, ao fim do ano letivo ou mesmo receber uma quantia a cada mês.

O programa será voltado a jovens de famílias inscritas no Cadastro Único, porta de entrada para programas sociais. O Brasil tem 7,9 milhões de alunos de ensino médio.

Os detalhes sobre valores de bolsas, formas de pagamento e operacionalização serão estipulados em outro texto legal, a ser editado pelo governo. Apesar do limite do fundo

ser de R\$ 20 bilhões, o valor do aporte imediato não está definido. É alvo de negociações internas no governo.

"Não existe nenhum cronograma de quanto vai ser aportado e quando. Não tem nenhuma definição", disse a secretária adjunta do Tesouro Nacional, Viviane Varga.

Além da disponibilidade de dinheiro, o tamanho do orçamento para as bolsas depende das próprias definições do seu desenho programático. Técnicos do MEC (Ministério da Educação) desenvolveram um simulador para aferir quanto custaria a política de acordo com as condicionalidades. Questionado, o MEC não respondeu.

Há dúvidas quanto à adequação da medida às regras fiscais em vigor. Sem entrar no mérito da proposta, técnicos da área econômica e especialistas de fora viram na MP uma série de dispositivos controversos. Um deles é a criação de um fundo privado para administrar uma política pública.

Outro alvo de críticas é a possibilidade de usar ações para injetar recursos neste fundo, operação que ficaria fora do Orçamento.

Ao optar pela criação de um fundo privado, o governo ganha margem para fazer o aporte apenas em 2023 e concentrar a despesa num ano em que ainda há uma folga em relação ao déficit máximo autorizado pela LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). Na prática, o governo antecipa

uma despesa para evitar que ela piore as contas no futuro.

Para que isso seja viável, a base governista no Senado retomou a ideia de usar recursos desse fundo fora do limite de despesas vigente em 2023. Isso chegou a ser incluído pelo senador Humberto Costa (PT-PE), em um projeto de lei complementar há duas semanas, mas a bancada recuou por resistências da oposição.

Nesta semana, um segundo projeto com o mesmo objetivo entrou na pauta do Senado. A proposta foi protocolada por Costa e é relatada pelo líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O texto foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos nesta

terça e está na pauta do plenário desta quarta (29). O governo trabalhava com uma liberação entre R\$ 7 bilhões e R\$ 10 bilhões para o ano que vem. O senador Cláudio Nogueira (PP-PI) apresentou proposta de emenda que limitaria a R\$ 4 bilhões.

Varga, do Tesouro Nacional, disse não ter conhecimento do projeto para excluir as despesas do limite. Apesar disso, o próprio secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, já havia admitido anteriormente a possibilidade de desmontar esse gasto do limite.

A alternativa de realizar os aportes com ações de empresas, estatais ou nas quais a União tenha participação minoritária, é controversa.

O uso de ações para fazer aportes em fundos já foi observado no fim do segundo mandato de Lula e durante o governo Dilma Rousseff (PT), quando ações de Petrobras, Eletrobras e bancos públicos foram empregadas para capitalizar o fundo garantidor do Fies — que depois precisou de novos aportes para fazer frente ao aumento da inadimplência dos financiamentos estudantis. Em relatório de 2023, a administração do fundo apontou a baixa liquidez de algumas ações como um entrave à honra de eventuais compromissos.

A criação do programa de incentivo à permanência no ensino médio já havia sido anunciada, mas integrantes do governo, como o ministro da Educação, Camilo Santana, indicaram haver indefinições sobre o ciclo por projeto de lei ou MP. Também não havia decisão final sobre a composição de um fundo específico.

O texto prevê que o fundo privado será gerido pela Caixa Econômica Federal com participação da União e de outros cotistas, pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado. Ainda há previsão de que estados e municípios possam fazer aportes.

Já o ingresso dos recursos oriundos dos aportes da "comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União" serão vinculados a recursos de leilões realizados a partir de 2024, cujo ingresso de recursos se dá a partir de 2025.

Para receber a bolsa, há contrapartidas, como frequência, aprovação e participação em exames, como o Saeb (avaliação federal da educação básica) e o Enem, no caso de alunos do 9º ano.

O diretor-executivo do Movimento Todos pela Educação, Olavo Nogueira Filho, classificou a iniciativa como pertinente e relevante, mas que ela não pode ser vista como "bala de prata" para a evasão. Segundo ele, há evidências sobre o sucesso de políticas como essa, mas depende do desenho final.



O presidente Lula acompanhado do ministro da Educação, Camilo Santana, durante Enem 2023. Pedro Ledezma/Folhapress

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano Caderno: B Página: 1